

FEAS - PR

FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE
DE CURITIBA

Assistente Administrativo

EDITAL Nº 01/2023

CÓD: SL-089NV-23
7908433245513

Língua Portuguesa

1. Análise e Interpretação de Textos: Compreensão global, estrutura, ideias principais e secundárias, pressuposições e inferências.	9
2. Significados e substituição de palavras e expressões	12
3. Gêneros textuais, linguagem	13
4. Variedades linguísticas.....	13
5. Registros formais e informais.....	14
6. Nexos e outros recursos coesivos. 2. Textualidade: coesão, coerência, argumentação,.....	15
7. Identificação de frases corretas e incorretas,	17
8. Intertextualidade	17
9. Fonologia e Ortografia: Letras, fonemas, encontros vocálicos, dígrafos, encontros consonantais, sílabas,	18
10. Acentuação gráfica,.....	21
11. Ortografia, emprego dos porquês,.....	22
12. Hífen,.....	23
13. Sinais de pontuação	25
14. Morfologia: Classes de palavras variáveis e invariáveis, reconhecimento, classificação, uso e flexão.....	27
15. Semântica: Sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos, denotação, conotação,	32
16. Figuras de linguagem	32
17. Sintaxe: Análise sintática (interna e externa),.....	35
18. Concordância nominal e verbal,	39
19. Regência nominal e verbal.....	40
20. Pontuação	43
21. Crase	45

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Números e Operações: Propriedades dos números, operações com números reais e irracionais, operações aritméticas, regra de três simples e composta, porcentagem	53
2. Álgebra: equações de primeiro e segundo grau e sistemas de equações, inequações e sistemas de inequações, expressões algébricas e simplificação, funções lineares, quadráticas, exponenciais, logarítmicas, modulares, trigonométricas, função composta e inversa de uma função, progressões aritméticas e geométricas, matrizes e determinantes.....	57
3. Estatística e Probabilidade: Coleta e interpretação de dados estatísticos, representação gráfica de dados (gráficos e histogramas), medidas de tendência central (média, mediana, moda), cálculo e noções de probabilidade	83
4. Análise Combinatória: Conceitos básicos de contagem, princípio fundamental da contagem, permutações simples e com repetição, combinações simples e com repetição, arranjos simples	92
5. Matemática Financeira: juros simples e compostos, descontos simples e compostos, análise de investimentos, amortização de empréstimos e financiamentos.....	94
6. Raciocínio Lógico e Resolução de Problemas: Resolução de problemas matemáticos envolvendo lógica e raciocínio lógico-matemático, uso de tabelas, gráficos e infográficos para análise e interpretação de informações.....	103
7. Aplicação Prática: Resolução de problemas matemáticos em diversos contextos	107

Normas da FEAS

1. Normas Legais: CURITIBA. Lei Municipal nº 13.663/2010. Institui a FEAS	115
2. CURITIBA. Decreto nº 1.183/2021. Regulamento de Recursos Humanos da FEAS	119
3. FEAS. Estatuto da Fundação Estatal de Atenção Especializada em Saúde de Curitiba.....	124
4. FEAS. Código de conduta e integridade da FEAS	131
5. FEAS. Decreto nº 1.688/2013. Regulamento das Normas de Conduta e Processo Administrativo Disciplinar da FEAS	140

Conhecimentos Específicos

1. Princípios da Administração Pública: Legalidade, moralidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público. Administração Pública: Conceitos, estrutura e organização.	149
2. Atos Administrativos: Conceitos, práticas, revisão, validade, efetividade, atributos, espécies e formas. Procedimentos, mérito, discricionariedade, extinção e vícios.	163
3. Poderes da Administração: Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Uso e abuso do poder.	174
4. Agentes Públicos: Espécies, poderes, deveres, prerrogativas. Cargo, emprego e função pública.	181
5. Serviços Públicos: Conceito, classificação, regulamentação, controle. Forma, meios, requisitos e delegação (concessão, permissão e autorização).	192
6. Licitações e Contratos Administrativos: Conceitos e princípios que regem as licitações. Modalidades, Procedimentos e Fases. Revogação e invalidação de licitações. Contratos Administrativos. Noções de Processos Licitatórios.	201
7. Comunicação Oficial e Redação Oficial: Princípios, características, qualidades, linguagem, Padrão Ofício, uso de expressões e vocábulos latinos. Documentos oficiais e expedientes administrativos: conceitos, tipos, apresentação e estrutura.	221
8. Relações Humanas no Trabalho: Comunicação, relacionamento interpessoal.....	231
9. Comportamento individual e em grupo.....	234
10. Normas de conduta no ambiente de trabalho.....	234
11. Trabalho em equipe	239
12. Atendimento ao público.	240
13. Arquivologia: Conceitos fundamentais, gerenciamento da informação, gestão de documentos, arquivos correntes, intermediários e permanentes, protocolos, avaliação de documentos, tipos de documentos e suportes físicos.	245
14. Administração de Recursos Materiais: Classificação de materiais, gestão de estoque, compras (modalidades, cadastro de fornecedores, entrada e conferência), armazenagem (critérios e técnicas), controle de bens, inventário e baixa de bens.	257
15. Noções de Administração Financeira e Orçamentária: Conceitos, orçamento público, receitas e despesas públicas, cálculos financeiros, conciliação bancária.	280
16. Noções de Contabilidade Pública: Conceitos, princípios contábeis aplicados ao setor público, lançamentos contábeis, demonstrações contábeis.	282
17. Assistência Farmacêutica: Conceitos básicos para a prática da Farmácia.....	286
18. Boas Práticas de Farmácia.....	287
19. Classificação de medicamentos. Vias de administração de medicamentos. Classes farmacológicas. Formas Farmacêuticas. ..	295
20. Embalagens de Medicamentos.....	297
21. Dosagem de medicamentos.	298
22. Medicamentos isentos de prescrição e controlados.	298
23. Dispensação de medicamentos.	299
24. Organização da farmácia.	300
25. Qualidade no atendimento.....	310
26. Cálculos em Farmácia.	317

27. Biossegurança aplicada à Farmácia. Gerenciamento do descarte de resíduos, fluídos, agentes biológicos, físicos, químicos e radioativos.	320
28. Rename.....	323
29. Segurança do trabalho, higiene e organização.	324
30. Informática Básica: Conceitos básicos da tecnologia da informação.....	332
31. Componentes de hardware e software de computadores e suas características.	332
32. Operação e configuração: sistema operacional Windows 10 ou posterior;.....	335
33. Editor de texto Word 2016 ou posterior;.....	344
34. Planilha eletrônica Excel 2016 ou posterior.	351
35. Navegação web e segurança na/para Internet.	401
36. Correio eletrônico.	405
37. Saúde Pública: Funcionamento, organização, princípios e estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS).....	408
38. Programa Nacional de Segurança do Paciente.	409
39. Boas práticas de funcionamento para os serviços de saúde.....	411
40. Política Nacional de Humanização (PNH).....	415

Material Digital Normais Legais

1. BRASIL. Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal	4
2. BRASIL. Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos	19
3. BRASIL. Lei nº 4.320/1964 - Normas Gerais de Direito Financeiro	60
4. BRASIL. Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	68
5. BRASIL. Lei nº 8.429/1992 - Improbidade Administrativa.....	81
6. BRASIL. Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação.....	90
7. BRASIL. Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.....	97
8. BRASIL. Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência	134
9. BRASIL. Lei nº 10.741/2003 - Estatuto da Pessoa Idosa.....	151
10. BRASIL. Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha.....	162
11. BRASIL. Lei nº 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial	168
12. BRASIL. Lei nº 13.460/2017 - Participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública	175
13. BRASIL. Lei nº 10.048/2000 - Prioridade de atendimento às pessoas que especifica	178
14. BRASIL. Lei nº 8.080/1990 - Lei Orgânica da Saúde	179
15. BRASIL. NR 17 - Ergonomia	189
16. BRASIL. NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.....	198
17. BRASIL. Resolução RDC nº 222/2018 - Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde.....	221
18. CURITIBA. Lei Municipal nº 9.000/1996 - Código de Saúde de Curitiba	234

Editorial: texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

Tipos e gêneros textuais

Os **tipos textuais** configuram-se como modelos fixos e abrangentes que objetivam a distinção e definição da estrutura, bem como aspectos linguísticos de narração, dissertação, descrição e explicação. Eles apresentam estrutura definida e tratam da forma como um texto se apresenta e se organiza. Existem cinco tipos clássicos que aparecem em provas: descritivo, injuntivo, expositivo (ou dissertativo-expositivo) dissertativo e narrativo. Vejamos alguns exemplos e as principais características de cada um deles.

Tipo textual descritivo

A descrição é uma modalidade de composição textual cujo objetivo é fazer um retrato por escrito (ou não) de um lugar, uma pessoa, um animal, um pensamento, um sentimento, um objeto, um movimento etc.

Características principais:

- Os recursos formais mais encontrados são os de valor adjetivo (adjetivo, locução adjetiva e oração adjetiva), por sua função caracterizadora.
- Há descrição objetiva e subjetiva, normalmente numa enumeração.
- A noção temporal é normalmente estática.
- Normalmente usam-se verbos de ligação para abrir a definição.
- Normalmente aparece dentro de um texto narrativo.
- Os gêneros descritivos mais comuns são estes: manual, anúncio, propaganda, relatórios, biografia, tutorial.

Exemplo:

Era uma casa muito engraçada
 Não tinha teto, não tinha nada
 Ninguém podia entrar nela, não
 Porque na casa não tinha chão
 Ninguém podia dormir na rede
 Porque na casa não tinha parede
 Ninguém podia fazer pipi
 Porque penico não tinha ali
 Mas era feita com muito esmero
 Na rua dos bobos, número zero
 (Vinícius de Moraes)

Tipo textual injuntivo

A injunção indica como realizar uma ação, aconselha, impõe, instrui o interlocutor. Chamado também de texto instrucional, o tipo de texto injuntivo é utilizado para prever acontecimentos e comportamentos, nas leis jurídicas.

Características principais:

- Normalmente apresenta frases curtas e objetivas, com verbos de comando, com tom imperativo; há também o uso do futuro do presente (10 mandamentos bíblicos e leis diversas).
- Marcas de interlocução: vocativo, verbos e pronomes de 2ª pessoa ou 1ª pessoa do plural, perguntas reflexivas etc.

Exemplo:

Impedidos do Alistamento Eleitoral (art. 5º do Código Eleitoral) – *Não podem alistar-se eleitores: os que não saibam exprimir-se na língua nacional, e os que estejam privados, temporária ou definitivamente dos direitos políticos. Os militares são alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.*

Tipo textual expositivo

A dissertação é o ato de apresentar ideias, desenvolver raciocínio, analisar contextos, dados e fatos, por meio de exposição, discussão, argumentação e defesa do que pensamos. A dissertação pode ser expositiva ou argumentativa.

A dissertação-expositiva é caracterizada por esclarecer um assunto de maneira atemporal, com o objetivo de explicá-lo de maneira clara, sem intenção de convencer o leitor ou criar debate.

Características principais:

- Apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão.
- O objetivo não é persuadir, mas meramente explicar, informar.
- Normalmente a marca da dissertação é o verbo no presente.
- Amplia-se a ideia central, mas sem subjetividade ou defesa de ponto de vista.
- Apresenta linguagem clara e imparcial.

Exemplo:

O texto dissertativo consiste na ampliação, na discussão, no questionamento, na reflexão, na polemização, no debate, na expressão de um ponto de vista, na explicação a respeito de um determinado tema.

Existem dois tipos de dissertação bem conhecidos: a dissertação expositiva (ou informativa) e a argumentativa (ou opinativa).

Portanto, pode-se dissertar simplesmente explicando um assunto, imparcialmente, ou discutindo-o, parcialmente.

Tipo textual dissertativo-argumentativo

Este tipo de texto — muito frequente nas provas de concursos — apresenta posicionamentos pessoais e exposição de ideias apresentadas de forma lógica. Com razoável grau de objetividade, clareza, respeito pelo registro formal da língua e coerência, seu intuito é a defesa de um ponto de vista que convença o interlocutor (leitor ou ouvinte).

§5º Os direitos e deveres dos empregados/colaboradores descrito neste regulamento são complementadas pelos descritos no Código de Conduta e Integridade. Aos casos omissos ou não previstos aplicam-se Leis do Trabalho e as demais legislações, já que podem ser: Leis Ordinárias e Leis complementares.

CAPÍTULO II DO QUADRO DE PESSOAL E DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

Art. 2º O quadro de pessoal será organizado de acordo com o Plano Diretor de Recursos Humanos e Plano de Cargos e Salários propostos pela Diretoria Executiva pelo Conselho Curador.

Parágrafo único. São consideradas funções de confiança os cargos de diretores, gerentes, coordenadores e assessores, conforme artigo 17 do Estatuto da Fundação.

CAPÍTULO III DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

Art. 3º As relações de trabalho do pessoal da Fundação serão as da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a legislação trabalhista complementar, em regime de emprego público.

CAPÍTULO IV DO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Art. 4º A seleção de profissionais para contratação permanente do quadro da Fundação será realizada através de processo seletivo público, regido por edital específico, seguindo o previsto no artigo 17, do Capítulo VIII do Estatuto da Fundação.

Parágrafo único. O processo seletivo poderá ser realizado diretamente pela Fundação ou mediante a contratação de empresa para tal fim, na forma da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a critério do Conselho Curador da Fundação.

Art. 5º O provimento de vagas e a contratação serão definidos conforme as necessidades de cada unidade da Fundação, mediante disponibilidade orçamentária e financeira e aprovação do Conselho Curador.

Art. 6º A definição das etapas que compõem o Processo Seletivo Público será publicada em Edital.

Parágrafo único. Os requisitos de escolaridade, formação, especialidade e experiência profissional serão considerados critérios eliminatórios e classificatórios e serão parte do Edital.

Art. 7º Será publicado em veículo de comunicação de grande circulação o aviso do Edital convocatório de abertura do Processo Seletivo Público.

Parágrafo único. A íntegra do Edital referido no caput deste artigo, bem como as demais informações referentes ao processo seletivo público constarão do site oficial da Prefeitura Municipal de Curitiba e/ou da Fundação, conforme indicar o Edital, e no Diário Oficial Eletrônico - Atos do Município de Curitiba.

Art. 8º Será reservada a percentagem de 5% (cinco por cento) das vagas para portadores de deficiência conforme estabelece o artigo 93 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 9º O Processo Seletivo Público terá validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Conselho Curador.

Art. 10. O chamamento dos candidatos aprovados será realizado por meio de documento físico ou eletrônico (e-mail) entregue mediante confirmação de recebimento e/ou através do site oficial da Fundação, bem como publicação em Diário Oficial Eletrônico - Atos do Município de Curitiba.

Art. 11. Para a celebração do contrato de trabalho os profissionais aprovados no processo seletivo público deverão apresentar carteira de identificação oficial com foto, CPF, Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

§1º Na mesma oportunidade o profissional aprovado deverá preencher de próprio punho o Formulário de Não Acúmulo de Cargos, Empregos ou Funções Públicas.

§2º O profissional aprovado também deverá apresentar certidão negativa de antecedentes criminais do Estado do Paraná, bem como certidão negativa do Conselho de Classe respectivo.

§3º O candidato que não atender ao chamado para celebração do contrato, ou que recusar-se a tanto, perderá a vaga e será excluído do certame, para todos os fins.

§4º A contratação depende de exame médico pré-admissional de caráter eliminatório.

Art. 12. O empregado será avaliado quanto ao seu desempenho no prazo de 90 (noventa) dias corridos.

Parágrafo único. Durante este período o empregado será submetido à avaliação de desempenho.

Art. 13. Conforme previsto nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal/1998 é vedada a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, exceto quando houver compatibilidade de horários:

I - a de dois cargos de professor;

II - a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

III - a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Art. 14. Não se submete ao regime de contratação previsto neste regulamento a admissão para o exercício de funções de confiança.

§1º O disposto no artigo 13 deste regulamento se aplica à contratação prevista no caput deste artigo.

§2º Para a contratação de que trata o caput deste artigo será exigida a apresentação do Formulário de Não Acúmulo de Cargos, Empregos ou Funções Públicas.

CAPÍTULO V DA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA

Art. 15. Para atender necessidade temporária de interesse público, a Fundação poderá contratar pessoal técnico, mediante processo seletivo simplificado, nas hipóteses previstas no §5º do artigo 17 do Estatuto da Fundação.

§1º A contratação prevista no caput do presente artigo se dará por prazo determinado, de no máximo 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, respeitado o período máximo legal.

§2º O processo seletivo público simplificado poderá ser realizado através de Análise de Currículo, e/ou Prova Objetiva de Múltipla Escolha, e/ou Prova Discursiva, e/ou Entrevista, a critério da Diretoria Executiva.

**SEÇÃO VIII
DA GESTÃO DE TECNOLOGIAS E PROCESSOS**

Art. 51. O serviço de saúde deve dispor de normas, procedimentos e rotinas técnicas escritas e atualizadas, de todos os seus processos de trabalho em local de fácil acesso a toda a equipe.

Art. 52. O serviço de saúde deve manter os ambientes limpos, livres de resíduos e odores incompatíveis com a atividade, devendo atender aos critérios de criticidade das áreas.

Art. 53. O serviço de saúde deve garantir a disponibilidade dos equipamentos, materiais, insumos e medicamentos de acordo com a complexidade do serviço e necessários ao atendimento da demanda.

Art. 54. O serviço de saúde deve realizar o gerenciamento de suas tecnologias de forma a atender as necessidades do serviço mantendo as condições de seleção, aquisição, armazenamento, instalação, funcionamento, distribuição, descarte e rastreabilidade.

Art. 55. O serviço de saúde deve garantir que os materiais e equipamentos sejam utilizados exclusivamente para os fins a que se destinam.

Art. 56. O serviço de saúde deve garantir que os colchões, colchonetes e demais mobiliários almofadados sejam revestidos de material lavável e impermeável, não apresentando furos, rasgos, sulcos e reentrâncias.

Art. 57. O serviço de saúde deve garantir a qualidade dos processos de desinfecção e esterilização de equipamentos e materiais.

Art. 58. O serviço de saúde deve garantir que todos os usuários recebam suporte imediato a vida quando necessário.

Art. 59. O serviço de saúde deve disponibilizar os insumos, produtos e equipamentos necessários para as práticas de higienização de mãos dos trabalhadores, pacientes, acompanhantes e visitantes.

Art. 60. O serviço de saúde que preste assistência nutricional ou forneça refeições deve garantir a qualidade nutricional e a segurança dos alimentos.

Art. 61. O serviço de saúde deve informar aos órgãos competentes sobre a suspeita de doença de notificação compulsória conforme o estabelecido em legislação e regulamentos vigentes.

Art. 62. O serviço de saúde deve calcular e manter o registro referente aos Indicadores previstos nas legislações vigentes.

**SEÇÃO IX
DO CONTROLE INTEGRADO DE VETORES E PRAGAS
URBANAS**

Art. 63. O serviço de saúde deve garantir ações eficazes e contínuas de controle de vetores e pragas urbanas, com o objetivo de impedir a atração, o abrigo, o acesso e ou proliferação dos mesmos.

Parágrafo único. O controle químico, quando for necessário, deve ser realizado por empresa habilitada e possuidora de licença sanitária e ambiental e com produtos desinfestantes regularizados pela Anvisa.

Art. 64. Não é permitido comer ou guardar alimentos nos postos de trabalho destinados à execução de procedimentos de saúde.

**CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 65. Os estabelecimentos abrangidos por esta resolução terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de sua publicação para promover as adequações necessárias ao Regulamento Técnico.

Parágrafo único. A partir da publicação desta resolução, os novos estabelecimentos e aqueles que pretendam reiniciar suas atividades, devem atender na íntegra às exigências nela contidas.

Art. 66. O descumprimento das disposições contidas nesta resolução e no regulamento por ela aprovado constitui infração sanitária, nos termos da Lei no- 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 67. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO (PNH).

POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO⁶⁶

Marco Teórico-político
Avanços e Desafios do SUS

O SUS institui uma política pública de saúde que visa à integralidade, à universalidade, à busca da equidade e à incorporação de novas tecnologias, saberes e práticas.

Entre os avanços e conquistas, pode-se facilmente destacar que há um SUS que dá certo, pois:

- A rede de atenção pública de saúde está presente em todo o território nacional, em todos os estados e municípios;

- Muitos serviços de saúde têm experimentado, em todo território nacional, inovações na organização e oferta das práticas de saúde, permitido a articulação de ações de promoção e de prevenção, com ações de cura e reabilitação;

- O SUS vem reorganizando a rede de atenção à saúde, produzindo impacto na qualidade de vida do brasileiro;

- O SUS tem propiciado a produção de cidadania, envolvendo e corresponsabilizando a sociedade na condução da política de saúde, criando um sistema de gestão colegiada com forte presença e atuação de conferências e conselhos de saúde;

- O SUS construiu novos arranjos e instrumentos de gestão, que ampliaram a capacidade de gestão e de co-responsabilização, servindo inclusive de referência para a organização de outras políticas públicas no Brasil.

- O SUS vem fortalecendo o processo de descentralização, ampliando a presença, a autonomia e a responsabilização sanitária de municípios na organização das redes de atenção à saúde;

- Tem havido uma ampliação da articulação regional, melhorando a oferta de recursos assistenciais e a relação custo-efetividade, ampliando o acesso da população ao conjunto dos serviços de saúde.

⁶⁶ http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf

Classificação de Risco (Avaliação de Risco)

Mudança na lógica do atendimento, permitindo que o critério de priorização da atenção seja o agravo à saúde e/ou grau de sofrimento e não mais a ordem de chegada (burocrática). Realizado por profissional da saúde que, utilizando protocolos técnicos, identifica os pacientes que necessitam de tratamento imediato, considerando o potencial de risco, agravo à saúde ou grau de sofrimento e proviência, de forma ágil, o atendimento adequado a cada caso.

Clínica ampliada

O conceito de clínica ampliada deve ser entendido como uma das diretrizes impostas pelos princípios do SUS. A universalidade do acesso, a integralidade da rede de cuidado e a equidade das ofertas em saúde obrigam a modificação dos modelos de atenção e de gestão dos processos de trabalho em saúde.

A modificação das práticas de cuidado se faz no sentido da ampliação da clínica, isto é, pelo enfrentamento de uma clínica ainda hegemônica que:

- 1) toma a doença e o sintoma como seu objeto;
- 2) toma a remissão de sintoma e a cura como seu objetivo;
- 3) realiza a avaliação diagnóstica reduzindo-a à objetividade positivista clínica ou epidemiológica;
- 4) define a intervenção terapêutica considerando predominantemente ou exclusivamente os aspectos orgânicos.

Ampliar a clínica, por sua vez, implica:

- 1) tomar a saúde como seu objeto de investimento, considerando a vulnerabilidade, o risco do sujeito em seu contexto;
- 2) ter como objetivo produzir saúde e ampliar o grau de autonomia dos sujeitos;
- 3) realizar a avaliação diagnóstica considerando não só o saber clínico e epidemiológico, como também a história dos sujeitos e os saberes por eles veiculados;
- 4) definir a intervenção terapêutica considerando a complexidade biopsíquicosocial das demandas de saúde.

As propostas da clínica ampliada:

- 1) compromisso com o sujeito e não só com a doença;
- 2) reconhecimento dos limites dos saberes e a afirmação de que o sujeito é sempre maior que os diagnósticos propostos;
- 3) afirmação do encontro clínico entre dois sujeitos (trabalhador de saúde e usuário) que se co-produzem na relação que estabelecem;
- 4) busca do equilíbrio entre danos e benefícios gerados pelas práticas de saúde;
- 5) aposta nas equipes multiprofissionais e transdisciplinares;
- 6) fomento da corresponsabilidade entre os diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde (trabalhadores de saúde, usuários e rede social);
- 7) defesa dos direitos dos usuários.

Colegiado gestor

Em um modelo de gestão participativa, centrado no trabalho em equipe e na construção coletiva (planeja quem executa), os colegiados gestores garantem o compartilhamento do poder, a coanálise, a codecisão e a coavaliação. A direção das unidades de saúde tem diretrizes, pedidos que são apresentados para os colegiados como propostas/ofertas que devem ser analisadas, reconstruídas e pactuadas. Os usuários/familiares e as equipes também têm pedidos e propostas que serão apreciadas e acordadas. Os colegiados são espaços coletivos deliberativos, tomam decisões no seu âmbito de governo em conformidade com as diretrizes e contratos defini-

dos. O colegiado gestor de uma unidade de saúde é composto por todos os membros da equipe ou por representantes. Tem por finalidade elaborar o projeto de ação da instituição, atuar no processo de trabalho da unidade, responsabilizar os envolvidos, acolher os usuários, criar e avaliar os indicadores, sugerir e elaborar propostas.

Controle social (participação cidadã)

Participação popular na formulação de projetos e planos, definição de prioridades, fiscalização e avaliação das ações e dos serviços, nas diferentes esferas de governo, destacando-se, na área da Saúde, as conferências e os conselhos de saúde.

Diretrizes da PNH

Por diretrizes entendem-se as orientações gerais de determinada política. No caso da PNH, suas diretrizes apontam no sentido da:

- 1) Clínica Ampliada;
- 2) Cogestão;
- 3) Valorização do Trabalho;
- 4) Acolhimento;
- 5) Valorização do trabalho e do trabalhador da Saúde do Trabalhador;
- 6) Defesa dos Direitos do Usuário;
- 7) Fomento das grupalidades, coletivos e redes; e
- 8) Construção da memória do SUS que dá certo.

Dispositivos da PNH

Dispositivo é um arranjo de elementos, que podem ser concretos (ex.: uma reforma arquitetônica, uma decoração, um manual de instruções) e/ou imateriais (ex.: conceitos, valores, atitudes) mediante o qual se faz funcionar, se catalisa ou se potencializa um processo. Na PNH, foram desenvolvidos vários dispositivos que são acionados nas práticas de produção de saúde, envolvendo coletivos e visando promover mudanças nos modelos de atenção e de gestão:

- Acolhimento com Classificação de Risco;
- Equipes de Referência e de Apoio Matricial;
- Projeto Terapêutico Singular e Projeto de Saúde Coletiva;
- Projetos Cogeados de Ambiência
- Colegiado Gestor;
- Contrato de Gestão;
- Sistemas de escuta qualificada para usuários e trabalhadores da saúde: gerência de “porta aberta”; ouvidorias; grupos focais e pesquisas de satisfação, etc.;
- Visita Aberta e Direito à Acompanhante;
- Programa de Formação em Saúde do trabalhador (PFST) e Comunidade
- Ampliada de Pesquisa (CAP);
- Programas de Qualidade de Vida e Saúde para os Trabalhadores da Saúde;
- Grupo de Trabalho de Humanização (GTH);
- Câmaras Técnicas de Humanização (CTH);
- Projeto Memória do SUS que dá certo.

Educação permanente em saúde

As ações de educação permanente em saúde envolvem a articulação entre educação e trabalho no SUS, visando à produção de mudanças nas práticas de formação e de saúde. Por meio da Educação Permanente em Saúde articula-se o ensino, gestão, atenção e participação popular na produção de conhecimento para o desen-